

pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
n.º 16, abril/maio 2020



QUE SAÚDE PARA O SERVIÇO NACIONAL?

Pedro Vilão

**A violência contra
a comunidade LGBTI**
Raquel Afonso

**Feminismo
e o 25 de abril**
Beatriz Pedroso

**A resposta à crise económica
causada pela Covid-19**
André Francisquinho

**Cheias de 67: uma lição de
solidariedade para 2020**
Mafalda Escada



ÍNDICE

página 3 // A violência contra a comunidade LGBTI - uma retrospectiva [Raquel Afonso](#)

página 4 // Que saúde para o Serviço Nacional? [Pedro Vilão](#)

página 6 // Feminismo e o 25 de Abril [Beatriz Pedroso](#)

página 7 // A resposta à crise económica causada pela Covid-19 [André Francisquinho](#)

página 8 // Cheias de 67 - uma lição de solidariedade para 2020 [Mafalda Escada](#)

página 9 // *Prazer, camaradas: Sexo, sexualidade e género na revolução de Abril* [Crítica por Leonor Rosas](#)

página 10 // Breves

página 11 // Agenda

EDITORIAL

A presente edição do Pão e Cravos é lançada num contexto diferente daquele a que estamos habituadas: desta vez não poderemos distribuir a revista pelas escolas e faculdades ou pelas ruas das cidades. A pandemia que hoje vivemos levou a uma transformação e adaptação da forma como fazemos ativismo. Porém, mais do que nunca, é tempo de nos organizarmos. De nos organizarmos em redes de solidariedade para ajudar quem neste momento se encontra mais fragilizado, mas tempo, também, de nos organizarmos para o período de crise e incerteza que se avizinha.

Pela primeira vez em 46 anos, celebraremos Abril sem poder usufruir de uma das maiores e melhores formas de Liberdade que este nos trouxe: o direito à manifestação. Apesar de não podermos estar nas ruas, temos o dever de ser ainda mais exigentes. Temos o dever de exigir um investimento condigno para o Serviço Nacional de Saúde que cada vez mais se mostra imprescindível para o país. Temos o dever de exigir a efetivação do direito à Habitação, pois a au-

sência de leis que assegurem a acessibilidade de toda a gente a um lugar para morar leva a que, em momentos como o que vivemos, este flagelo se acentue ainda mais. Exijamos tudo o que o Povo conquistou em Abril e que 46 anos depois ainda falta garantir.

A pandemia de covid-19 veio, mais uma vez, provar que o sistema capitalista não nos serve. Desde o seu início, já milhões de pessoas ficaram desempregadas por todo o mundo. Em Portugal, o panorama não é melhor. Todos os dias chegam dezenas de relatos à plataforma de denúncias – despedimentos.pt –, criada pelo Bloco de Esquerda, que expõe todo o tipo de abusos e violação de direitos laborais: obrigação do gozo de férias, dispensa em período experimental, recusa do teletrabalho, entre tantos outros.

Neste primeiro de maio, confinados em casa, não esqueçamos a luta e os direitos destas trabalhadoras. Fazemos a luta toda para que os seus direitos sejam invioláveis e para lhes garantir um emprego digno, com salários dignos.

A VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTI UMA RETROSPECTIVA

Raquel Afonso

Durante o século XX, vários países europeus estiveram “presos” por ditaduras fascistas. Em Portugal, como bem sabemos, também estivemos presos/os por um regime ditatorial. As pessoas eram controladas, eram-lhes sonegados direitos, não viviam em liberdade. E pessoas com identidades não-heteronormativas? Terão vivido o mesmo? Como foi para elas a repressão?

A verdade é que a repressão às práticas sexuais dissidentes começou em tempos bastante remotos, ainda na Idade Média, através das Ordenações Afonsinas e Filipinas, em relação à designada “sodomia”. Era punida com a pena de morte. A criminalização das práticas mantém-se no primeiro Código Penal português, em 1852. Chegando o século XX, a 1ª República aplica a “lei da mendicidade”, em 1912, que, note-se, enquadra a homossexualidade, através da “prática de vícios contra a natureza”. Podíamos pensar que teria sido a Ditadura a impor medidas contra a comunidade LGBTI, mas não. O Estado Novo apenas veio otimizar o sistema já vigente, com novas medidas, ao longo dos anos. A homofobia praticada pelo regime é diferenciada dependendo da classe social de cada um. Além desta diferença, deve considerar-se a diferença de género; a homossexualidade masculina era bastante mais visível do que a feminina. Ao terem mais liberdade em relação às mulheres, por serem homens, são também mais vigiados que elas.

Além do peso das leis, havia também o olhar dos médicos. E, pior do que isso, existia a homofobia social. Estas pessoas sentiam-se sozinhas, aprisionadas por um sentimento que, muitas vezes, nem sabiam bem o que era. Para os menos letrados, a informação era escassa. Homens homossexuais e mulheres lésbicas não tinham redes de apoio, além de pequenos grupos de amigos; não sentiam a solidariedade da comunidade, como hoje é possível sentir, um pouco por todo o país. Tinham medo de ser apontadas como diferentes. De serem vistas como “desviantes”, como “anormais”.

Apesar de não existirem momentos formais de resistência, estas pessoas resistiram como puderam, no quotidiano. Ocultavam a sua orientação sexual e dissimulavam-se também as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Para as mulheres era mais fácil ocultar a sua sexualidade, por outro era mais difícil



Foto: Sara Rampazzo @ Unsplash

a prática da mesma. Isto porque os locais que foram encontrados para, de forma clandestina, praticar as relações sexuais eram locais públicos, a rua, os parques, os urinóis, e, como é sabido, a rua era do domínio dos homens.

A chegada do 25 de abril, a revolução, é a pedra de toque que permite iniciar a sementeira pelos direitos da comunidade LGBTI, aqui e ali. No 1º de maio de 1974, no Porto, aparece um cartaz “Liberdade para os Homossexuais” e a 13 de maio sai, no Diário de Lisboa, o Manifesto “Liberdade para as Minorias Sexuais”. Mas essas sementes não germinaram, não como as pessoas imaginavam. O “25 de abril”, e tudo o que ele representa, não foi o “25 de abril” dos homossexuais e lésbicas. A homossexualidade só foi descriminalizada em 1982! E a homofobia social manteve-se, apesar dos ventos da liberdade de abril. É preciso esperar até ao final dos anos 80, inícios dos anos 90, para voltar “ao cultivo”. É aí que o movimento começa a ganhar vida.

O século XXI trouxe uma viragem nas questões LGBTI no país. A luta já vinha longa, é certo. Houve uma série de direitos que foram conquistados, e ainda bem! Mas as mentalidades não acompanharam a evolução legal. A homofobia ainda está (demasiado) presente numa sociedade que se diz democrática. Não só a homofobia, como o machismo, o racismo, a xenofobia. Claro que as mudanças que permitem uma maior igualdade de direitos das pessoas LGBTI são muito positivas. Mas não chegam. É preciso falar, sensibilizar, educar. Enquanto investigadora, faço a minha luta através das minhas investigações, tirando da sombra assuntos há muito escondidos, dando voz a quem não a teve (e/ou ainda não tem). Mas também a faço na rua, visibilizando-me, lutando pelos meus direitos, pelos nossos direitos.

Raquel Afonso, antropóloga, investigadora integrada do NOVA-IHC e autora do livro *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*

QUE SAÚDE PARA O SERVIÇO NACIONAL?

Pedro Vilão

No ano passado, o Serviço Nacional de Saúde celebrou o seu 40º aniversário. Da sua génese à conturbada atualidade, já sobreviveu a crises económicas e financeiras, de saúde pública e de identidade. Conhecemos-lhe as raízes, sabemos diagnosticar as suas maleitas. O que se lhe afigura?

A criação do SNS é íntima da Revolução de Abril: a Constituição de 1976 garante o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, efetivando esse direito através da criação de um SNS universal, geral e gratuito. Este princípio veio combater o modelo do Estado Novo vigente até então: privatizado, hierarquizado e altamente favorável àqueles que podiam, fruto das suas condições materiais, aceder-lhe. O Programa do MFA previa já a criação de um SNS e em 1979 deu-se este passo em frente, efetivando-se na Lei o direito à proteção da saúde e à prestação de cuidados globais de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica. Mais do que um serviço residual, para os ditos “pobres”, como o era sob Salazar, instituiu-se assumindo uma perspetiva igualitária

Assim, concretizou-se um passo enorme na saúde pública e na qualidade de vida em Portugal. É praticamente impossível imaginar como seria ficar inundado em dívidas médicas por adoecer: o SNS é a nossa rede de proteção que nos permite viver em sociedade sem temer a doença ou o acidente.

Estamos a viver mais tempo. De acordo com o INE, a esperança média de vida à nascença em Portugal situava-se na casa dos 67 anos na década de 1970. Os dados mais recentes, de 2017, apontam para os 80,8 anos. A taxa de mortalidade infantil, que no Estado Novo rondava os 35/1000, desceu até aos 3/1000 em 2018. Estes números refletem o impacto extraordinário do SNS na saúde pública! Além de tudo isto, o SNS desempenha um papel fundamental na mitigação das desigualdades sociais. Pese a presença de inconvenientes taxas moderadoras, o acesso às infraestruturas e serviços do SNS é livre a qualquer um. Este sentimento de segurança, de confiança, permite remover a doença do cômputo das



Foto: Hush Naidoo @ Unsplash

ansiedades dos portugueses, que se preocupam com despesas financeiras todos os meses.

A centralidade do SNS é inegável. Como imaginaríamos uma sociedade em que as pessoas abdicariam de visitar o seu médico por temerem não ter dinheiro para pagar a sua alimentação? Radicalmente diferente da que temos hoje. O SNS é, parafraseando António Arnaut, a âncora na vida dos cidadãos, o que afasta o seu medo da doença.

Infelizmente, toda a rosa tem seus espinhos. Alvo de constantes ataques, o SNS tem sido enfraquecido pelas promíscuas relações com os privados. As carreiras dos profissionais de saúde são marcadas pelo dilema público-privado: os recém-formados são aliciados pelos privados, com promessas salariais mais atrativas que as do SNS. O investimento do Estado na Saúde caiu para baixo dos 5% do PIB na governação da troika. Esta trajetória de desinvestimento e desvalorização de uma



das maiores salvaguardas da sociedade civil, não se explica senão pela proliferação das políticas neoliberais, retrocesso civilizacional que poderá acarretar sérias consequências se não for travado a tempo.

Vivemos hoje tempos conturbados. A pandemia de covid-19 é a derradeira prova de esforço do SNS. Hospitais sobrecarregados e profissionais exaustos, sem o suposto "auxílio" dos privados, sem opção senão a de continuar a trabalhar para combater o progresso inabalável do vírus. Apesar disso, destes dias de guerra podemos retirar preciosas informações que nos permitam fazer um prognóstico adequado. Porque devemos lutar por ele?

Devemos salvar o SNS, símbolo de esperança e de confiança para todos nós. Sem ele, como estaríamos a lidar com esta mortífera doença? como trataríamos das pessoas que adoecem sem terem onde se amparar? Cabe-nos a todos protegê-lo. Da mesma maneira que a

Saúde do Doente é a primeira preocupação do médico, também a Vida das Pessoas deverá ser a primeira preocupação do Estado.

Citando C. Sakellarides: "Nem sempre, num mundo tão imperfeito, é possível realizar tão elevados desígnios civilizacionais com perfeição. O desafio é, apesar das dificuldades, porfiar em as superar o melhor possível, em vez de dar passos na direção oposta.". É o que pretendemos quando afirmamos que é preciso salvar o SNS. Não pretendemos ignorar as suas dificuldades e imperfeições. Pretendemos ir além, mostrar que, seja em tempo de crise económica ou de crise de saúde pública, o SNS é uma das mais importantes conquistas de Abril. Hoje, mais que nunca, o SNS revela a sua importância, pedra basilar da vida em sociedade. Está na hora de o valorizar. Está na hora de salvar o SNS.

FEMINISMO E O 25 DE ABRIL

Beatriz Pedroso

A revolução de abril trouxe a mudança que todas esperavam, foi uma total transformação da sociedade e de tudo o que se conheceu em Portugal durante quase 50 anos. O que antes era cinzento e medonho era agora coberto por um mar de cravos vermelhos e um novo sentimento de esperança. Finalmente foi possível cortar as correntes da ditadura. Mas o que é que isso significou para as mulheres e para todos aqueles abrangidos pela luta feminista? O que é que esta revolução trouxe para a vida das mulheres e minorias? O que é que já foi feito e continua a ter impacto na luta feminista atualmente? O que é que ainda falta fazer para vivermos num mundo realmente justo e igualitário?

Antes de olharmos para o legado da revolução no campo feminista, é necessário reconhecermos o papel determinante da mulher na luta antifascista. Olhemos por exemplo para Margarida Tengarrinha, uma resistente antifascista que foi “quantas pessoas foram necessárias”. Dedicou a sua vida à militância comunista na clandestinidade e ajudou centenas de resistentes a obterem identificações falsas para fugirem à PIDE. Tal como Margarida, existem centenas de mulheres que tiveram um papel fulcral e que, após o grito da liberdade de Abril, foram esquecidas e remetidas para as sidelines. Para lembrar Abril é preciso também lembrar estas mulheres, o feminismo “de hoje” luta para que as mulheres deixem de ser apagadas.

Falar de feminismo e do legado do 25 de Abril é também falar destas mulheres, mulheres que tinham maior parte dos seus direitos negados, o seu salário 40% infe-

rior ao do homem, destinadas somente a determinadas profissões, o aborto era proibido, o direito ao voto era limitado - só poderias votar se fosses a chefe da família e possuísses o ensino médio ou superior e o sufrágio era apenas permitido para eleições da Junta de Freguesia.

Com Abril e a revolução veio uma lufada de ar fresco na vida destas mulheres, o sufrágio passou a ser finalmente universal, foi garantido o direito ao divórcio, fizeram-se avanços na legislação do trabalho – por exemplo, estabelecimento do salário mínimo nacional-, na saúde – por exemplo, consultas de planeamento familiar. Na educação, a escola pública universalizou-se e tirou milhares de mulheres do analfabetismo.

A luta feminista de Abril traduz-se na renúncia à “exploração do homem pelo homem”, na luta pelo socialismo e pela liberdade de todas. As feministas anticapitalistas e interseccionais são filhas do 25 de abril, das militantes antifascistas esquecidas e da luta anticolonial.

Construir uma sociedade feminista implica não deixar ninguém para trás. É preciso olhar para um mercado de trabalho ainda segregado, em que as trabalhadoras da limpeza, as ama, e o trabalho associado aos cuidados, predominantemente femininos, se encontra extremamente precarizado. As mulheres racializadas são empurradas para as periferias, guetizadas e ainda mais vulneráveis no campo laboral. É preciso olhar para as vítimas da violência de género. É preciso olhar para as trabalhadoras do sexo e lutar por uma legislação que as proteja e as deixe exercer a sua profissão sem terem medo de o fazer.

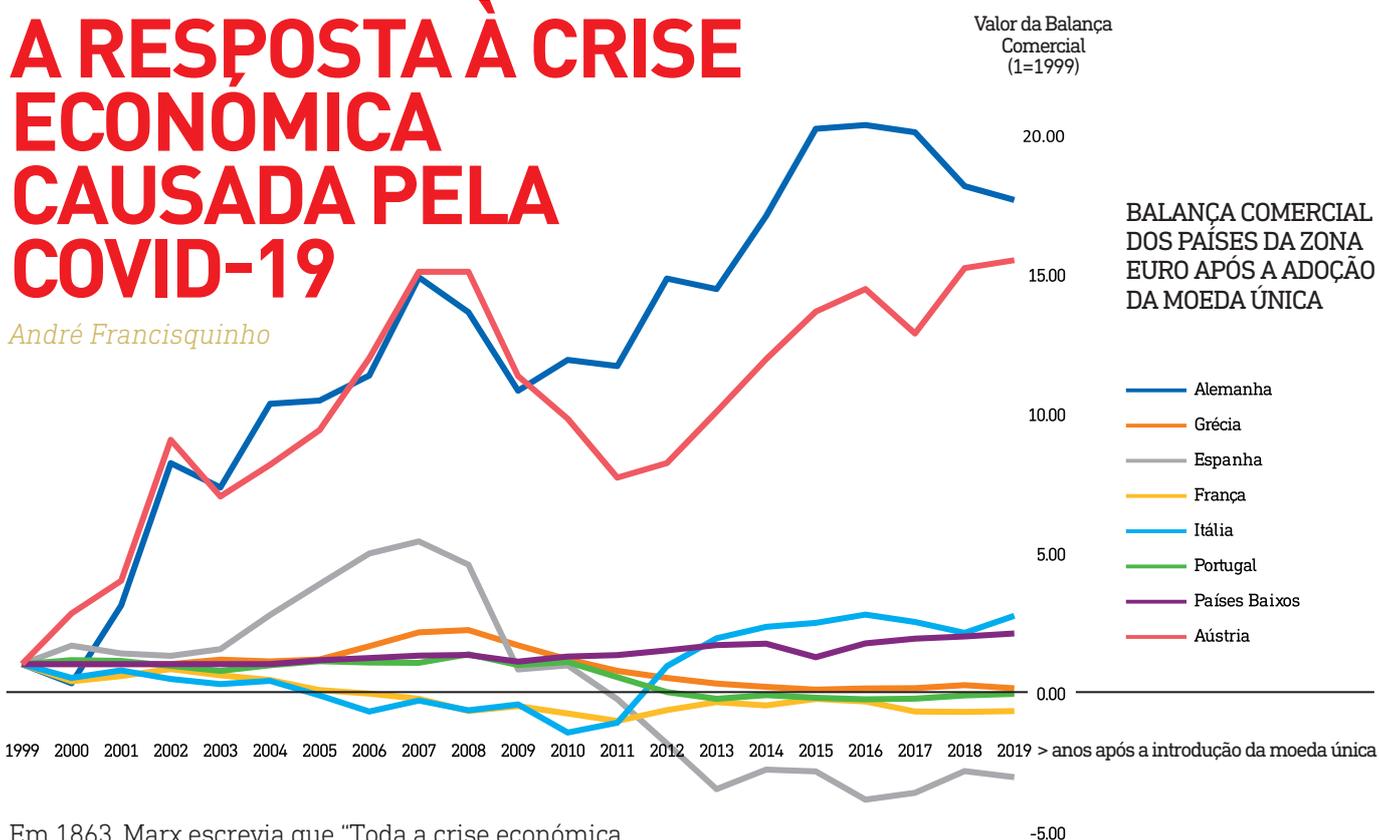
A revolução de 25 de abril trouxe inúmeras conquistas para toda a sociedade mas ainda nada está acabado. É preciso continuar a lutar pela garantia do SNS, por habitação digna, por uma educação inclusiva e por leis laborais justas. As mulheres sempre foram e continuarão a ser força locomotora da revolução, estamos prontas para fazer a luta toda.



Isabel do Carmo numa manifestação da FUR em 1975. Foto publicada no site memoriando.net

A RESPOSTA À CRISE ECONÓMICA CAUSADA PELA COVID-19

André Francisquinho



Em 1863, Marx escrevia que “Toda a crise económica deve ser encarada como uma concentração real e o subsequente ajustamento forçado de todas as contradições inerentes ao sistema económico liberal burguês”. Mais uma vez, ao vermos toda a economia global ser deitada abaixo por um choque completamente exógeno, estas palavras tornam-se invariavelmente atuais. Desta forma, cabe-nos a nós, enquanto Esquerda, dar uma resposta a esta crise.

Contudo, os tempos de cada resposta devem ser medidos e pensados. Nas últimas semanas temos vivido o formar do choque económico, enquanto apenas nas próximas semanas, meses e, quiçá, anos veremos o desenrolar do novo ciclo económico como consequência desse mesmo choque. Se, por natureza, nunca é possível saber a duração exata dos ciclos económicos de um sistema capitalista, exigir neste momento saber toda a resposta por parte do governo atirar-nos-ia rapidamente para o campo da irresponsabilidade política. Ainda para mais quando o governo português pouco poder tem de resposta a esta crise relativamente a outras instituições como, por exemplo, o Banco Central Europeu.

Ainda assim é-nos possível prever dois desfechos quanto à duração do ciclo económico: de um lado, pode acontecer que a recessão seja de curta-duração, em parte devido às ditas “reformas estruturais” do período da troika que lançaram milhares de trabalhadores para a precariedade e para os baixos salários. Esta será previsivelmente uma virtude anunciada pela direita à qual nos caberá ser inflexíveis e condenar. A terapia de choque liberal não pode ser a chave para a perpetuação dos mecanismos de opressão económica. Por outro lado, o ciclo económico pode novamente alargar-se durante vários anos, minando as capacidades financeiras de resposta dos Estados, especialmente daqueles sem polí-

tica monetária independente, como é o caso de Portugal. Nesse caso, seremos chamados a expor a falsidade empírica em que se basearam as políticas neoliberais que aumentaram o fosso das desigualdades sociais durante as últimas décadas.

Ao nível Europeu, a incapacidade das instituições europeias em mostrar disponibilidade para lidar com esta crise de forma concertada e coordenada foi, mais uma vez, exposta aos olhos de todos. A arquitetura incompleta da moeda única não permite aos Estados membros ajustarem a sua política monetária para enfrentar o novo ciclo económico ao mesmo tempo que, ao nível comunitário, as ferramentas tradicionais do BCE vêm a sua eficácia fortemente afetada pelos mecanismos tradicionais de transmissão e pela permanência de quase uma década em ambiente de taxas de juro historicamente baixas. E porque a crise económica rapidamente se tornará assimétrica entre os países, é importante começar a pressionar o governo português para a elaboração de um protocolo de eventual saída da moeda única (algo que muitos outros Estado Membros têm) caso, mais uma vez, as únicas soluções apresentadas pela tecnocracia europeia sejam políticas de austeridade. Isto uma vez que não é difícil reconhecer que, desta vez, o capital político para essas opções económicas é limitado na maioria dos países do sul da Europa.

Os tempos que virão serão, acima de tudo, determinantes para o que será o espaço político e económico durante os próximos anos e décadas. Enquanto alternativa de Esquerda, cabe-nos agora, mais do que nunca, sermos dialéticos, ao adaptarmos a nossa mensagem às circunstâncias específicas, e radicais, ao expormos as contradições pela sua raiz estrutural.

CHEIAS DE 67 UMA LIÇÃO DE SOLIDARIEDADE PARA 2020

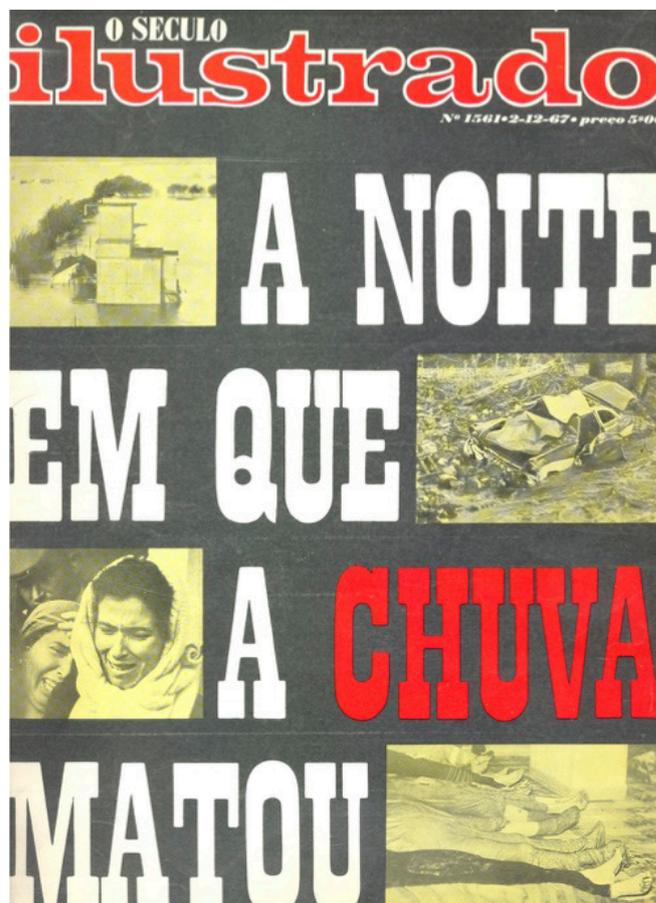
Mafalda Escada

Em novembro de 1967, de Lisboa ao Ribatejo, dar-se-ia a catástrofe cuja lama deixou a céu aberto a miséria em que vivia o país. As cheias que marcaram pelas vidas perdidas e pelas casas subterradas, marcaram também os milhares de estudantes que se organizaram para auxiliar as populações afetadas. Esta tornar-se-ia a data de óbito do regime para aqueles que foram confrontados com a devastação social do fascismo.

A máquina salazarista não acudia as populações. Em Carnaxide, a tempestade provocou a explosão de um paiol que partiu janelas e portas. Enquanto a GNR patrulhava os bairros de vivendas, evitando assaltos às casas endinheiradas, famílias inteiras lutavam contra a água e a enxurrada de lama que ceifava vidas e as arrastava para o rio poucos quilómetros abaixo, em Algés. Chegaram a chover 170l/m2. Na aldeia de Quintas (Castanheira do Ribatejo) contaram-se 100 mortos. Em Loures, mais umas quantas centenas. O regime ordenou que se parasse a contagem dos mortos aos 460, mas estima-se que tenham morrido cerca de 700 pessoas.

Morria-se mais onde choveu menos. O Solidariedade Estudantil, publicação estudantil, expunha isto mesmo: não era a chuva que matava, mas a miséria. O Instituto Superior Técnico tornou-se o quartel da intervenção estudantil nas cheias de 67, albergando a Comissão Coordenadora Central, composta pelas associações e pró-associações de estudantes e pela Juventude Universitária Católica. Cerca de 6 mil estudantes envolveram-se nos trabalhos: da vacinação da população contra a ameaça da febre tifóide, passando pela desobstrução de estradas, até à informação sobre o que verdadeiramente se passava e que a ditadura queria esconder. É neste último contexto que o Solidariedade Estudantil ganha especial relevância, chegando a uma tiragem de 10 mil por número. No total, os estudantes trabalharam 44 mil horas no terreno.

O regime pintava o cenário como uma “fatalidade” natural, tentando evitar as consequências políticas da catástrofe. Simultaneamente, as brigadas estudantis testemunhavam na primeira pessoa os contornos sociais que determinavam que a desgraça era maior para uns do que para outros. “Inundações: (...) Não falar no mau cheiro dos cadáveres. Atividades beneméritas de estudantes – Cortar.”, lia-se num telegrama da censura.



Apesar da exigência do trabalho junto das populações afetadas e das dificuldades técnicas que as brigadas estudantis enfrentaram, a sua ação foi crucial e acabou por contribuir para o descrédito do regime e para a confiança na organização democrática e solidária. Numa altura em que o Ensino Superior era um lugar de privilégio, os estudantes foram confrontados com a dura realidade que para muitos era ainda invisível. Numa reportagem da Rádio Renascença, António Araújo afirmou “Uma coisa é ler Marx no conforto do quarto (...) Aquilo não eram papéis (...) Era a revelação não só da morte, mas também da vida que levou àquela morte. Tudo aquilo era atirado à cara dos estudantes quando chegavam ao terreno.”

O movimento estudantil que se organizou em torno das cheias de 67 revelou-se um importante fator de politização que engrossou a oposição ao regime. “Já não se tratava apenas de reivindicar mais autonomia para os movimentos estudantis, tratava-se de entender o estudante como alguém socialmente comprometido.”, afirmou Miguel Cardina (historiador) à Renascença.

As crises tendem a tornar evidentes as situações de desigualdade. A pandemia que atravessamos pode não arrastar corpos na lama, mas tem deixado bem claro que não temos todos a mesma proteção, nem a mesma possibilidade de manter a normalidade em regime de exceção. Enquanto jovens, somos fisicamente menos vulneráveis ao vírus, tal como os estudantes da altura eram menos vulneráveis à pobreza. Aproveitemos o exemplo de 67 para redescobrir a solidariedade e nos organizarmos neste combate coletivo contra a doença e as consequências sociais da crise pandémica.



PRAZER, CAMARADAS SEXO, SEXUALIDADE E GÉNERO NA REVOLUÇÃO DE ABRIL

Crítica por Leonor Rosas

Prazer, Camaradas é um filme de 2019 do realizador José Filipe Costa que retrata a vida de portugueses e estrangeiros numa Unidades Coletiva de Produção na Azambuja – cooperativas agrícolas no período da Reforma Agrária. No processo de fazer este filme, recolheram-se histórias de homens e mulheres que viveram nas UCPs e dos estrangeiros que vieram a Portugal nos anos do PREC para participar na Revolução. Estes estrangeiros (alemães, ingleses, franceses, etc) vinham normalmente ajudar nas campanhas de alfabetização e traziam consigo teorias libertárias acerca de papéis de género, sexualidade e família. Neste filme, não existem atores. As pessoas entrevistadas, agora na casa dos sessenta anos, representam-se a si mesmas e às suas histórias, recriando a revolução que viveram com vinte e poucos anos. Entramos nesta história através do ponto de vista dos estrangeiros que vieram ver a Revolução em Portugal e conhecemos as UCPs e os homens e mulheres que as construíram e geriram. Por todo o filme, corre uma sensação de desencanto, de um período que foi o melhor das vidas destas pessoas e que agora está longe, de um sonho que nunca se concretizou. São histórias íntimas de quem viveu a revolução e se desencantou com o seu fim.

Nas interações entre estrangeiros e portugueses, as questões de género e da sexualidade causavam grandes choques, como mostra o filme. As mulheres estrangeiras, desinibidas, feministas e sexualmente livres, depararam-se com um Portugal rural altamente machista em que até mesmo nas UCPs as mulheres eram empurradas para a cozinha e para a lida da casa. O aborto, a menstruação e a sexualidade pareciam ser temas difíceis e relegados para a esfera da cumplicidade entre mulheres. Os homens, embora revolucionários noutros aspetos, pareciam perpetuar o estereótipo do “macho latino”: sexualmente agressivos e com pouco interesse em repensar papéis de género. Estas estrangeiras não

aceitavam toques indesejados dos homens e incitavam as mulheres portuguesas a reivindicar igualdade na distribuição das tarefas de casa. Simultaneamente, a liberdade que as estrangeiras reivindicavam face à sua sexualidade e ao seu corpo chocava homens e mulheres portuguesas. No entanto, as mulheres portuguesas, inspiradas pelas suas camaradas estrangeiras, começaram a pôr em causa desigualdades que davam como adquiridas.

O 25 de Abril trouxe às mulheres portuguesas igualdade na lei, direito ao voto e abriu-nos a porta a um mundo de novas lutas. No entanto, muito ficou – e está ainda – por fazer. Continua a recair sobre nós o trabalho doméstico e a educação dos filhos. Somos a esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica, somos discriminadas no trabalho, na universidade e na escola, somos assediadas e alvo de avanços sexuais indesejados. Estamos em 2020, a violência dos papéis de género continua a pesar nas nossas vidas. A nossa sexualidade parece continuar a ser um tabu, um motivo de vergonha, o nosso prazer continua a ser relegado para segundo plano face ao masculino, os nossos corpos continuam a ser policiados e objetificados. Que este filme, com os olhos postos nos bonitos anos da Reforma Agrária, sirva para nos ajudar a pensar um futuro mais justo, mais feliz e mais igual para todos e todas.



COVID-19 NO MUNDO

Imigrantes e refugiados com processos pendentes viram a sua situação regularizada durante a pandemia do Covid-19. Uma medida da mais elementar justiça essencial para garantir que as pessoas migrantes que trabalham e contribuem para as receitas da Segurança Social possam ter acesso a prestações sociais e ao serviço nacional de saúde.

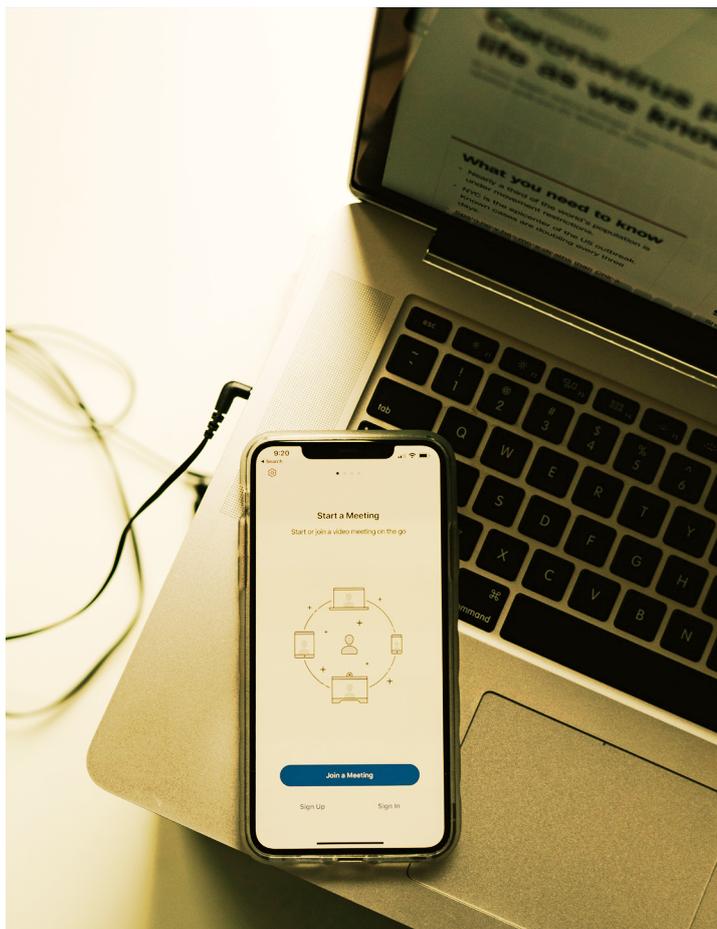


A pandemia do covid-19 arrasta consigo graves problemas económicos. Entre despedimentos e cortes nos salários, a larga maioria das famílias assistiu a uma quebra significativa dos seus rendimentos. Neste sentido, multiplicam-se as petições e comunicados de estudantes e organizações estudantis de todo o país que têm reivindicado a suspensão imediata do pagamento da propina.

Do negacionismo de Bolsonaro, à total negligência de Trump a forma como ambos têm gerido a crise pandémica do covid-19 é de uma irresponsabilidade criminosa. Nos Estados Unidos vemos como a ausência de um serviço nacional de saúde condena as pessoas mais pobres, no Brasil as já extremadas desigualdades sociais são acentuadas por uma política de total desresponsabilização do Estado. De Trump a Bolsonaro passando por Órban assistimos à forma criminosa como a extrema-direita mundial, igual a ela própria, tem gerido esta crise.



AGENDA



**5 Mai AO ENCONTRO:
Nem mais uma.
Travar a violência
doméstica**
Encontro online

**15 Mai AO ENCONTRO:
Que Europa
em tempos de
pandemia?**
Encontro online

ADERE AO BLOCO

Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencher, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros). Entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco.

Nome: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Código Postal: _____

Localidade: _____

Telefone / Telemóvel: _____

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa): _____

Emprego / Actividade: _____

País: _____

Ficha Técnica

Equipa Editorial: Mafalda Escada, Tomás Marques, Leonor Rosas, Beatriz Farelo, Beatriz Simões, Catarina Agreira, Igor Gago, Teresa Amorim
Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa | esquerda.net | [Facebook.com/jovensBE](https://www.facebook.com/jovensBE)

